



DIAULAS RIBEIRO, PROMOTOR DE JUSTIÇA DO PRÓ-VIDA, (E) DISSE QUE INSTITUIÇÃO NÃO PODE SER CHAMADA DE CLÍNICA: "É UM DEPÓSITO DE GENTE"

Clínica dos horrores

Marcelo Rocha
Da equipe do **Correio**

O futuro dos pacientes de uma das maiores clínicas de saúde mental do Distrito Federal é incerto. A Vigilância Sanitária interditou a Clínica de Repouso Planalto, localizada na zona rural de Planaltina, onde se encontram em tratamento psiquiátrico 127 pessoas. A instituição funcionava desde abril do ano passado com documentação irregular e, mesmo assim, vinha recebendo, todo mês, o repasse de R\$ 100 mil do Sistema Único de Saúde (SUS).

A falta do alvará de funcionamento e da licença de saúde foi apenas uma das irregularidades apontadas pelo Ministério Público depois de um pente-fino realizado na clínica ontem. Uma força-tarefa, que reuniu promotores de Justiça, médicos, dentistas e policiais, constatou ainda maus-tratos dos pacientes, condições insatisfatórias de higiene e precariedade nas instalações físicas. A vistoria começou de manhã e terminou no fim da tarde.

Uma enxurrada de processos na Justiça do DF contra a Clínica Planalto despertou a atenção do Ministério Público. Neles, familiares de ex-internos pedem reparação pelo sumiço ou morte de dezenas de pacientes. "Não podemos chamar isso de uma clínica, mas de um depósito de gente", condenou o promotor de Justiça do Pró-Vida, Diaulas Ribeiro. Segundo ele, nos últimos dez anos, 61 pessoas simplesmente fugiram da instituição. "Algumas foram encontradas vivas, outras mortas, outras sequer foram localizadas."

A alimentação servida aos internos também foi reprovada durante a inspeção. "Trouxemos nutricionistas que constataram a falta de pelo menos 500 calorias na dieta diária dos

SITUAÇÃO IRREGULAR

Lista de problemas inclui até a falta de alvará, o que significa que a clínica não tem autorização para funcionar

■ *Falta alvará de funcionamento*

■ *Falta licença de saúde*

■ *Há compra de remédios tarja-preta sem autorização*

■ *Detectada a sedação excessiva de pacientes*

■ *Há problemas nas instalações físicas, como goteiras*

■ *Dormitórios e banheiros estão em condições precárias*

■ *Existem pacientes sem identificação*

Fonte: Levantamento do Ministério Público

pacientes", explicou Diaulas. Carência de profissionais especializados, como médicos e psicólogos, sedação excessiva de pacientes e compra de remédios tarja-preta sem licença — o que, segundo Diaulas, fere a legislação sanitária — foram outras irregularidades aponta-

das pelo Ministério Público.

INTERVENÇÃO

Parentes de internos ficaram transtornados com a situação. "Já ouvi relatos saírem aí de dentro de que o tratamento não tem sido nada bom", contou o marceneiro Deusdete Ri-

beiro Nunes, 49 anos. Morador de Taguatinga, ele achou oportuna a fiscalização. "Se fechar, não sei o que fazer. Meu cunhado precisa de tratamento e não tem como voltar para casa nas condições em que se encontra", preocupou-se o comerciante Jorge F. de Jesus, 36.

Os promotores de Justiça defendem uma intervenção da Secretaria de Saúde na clínica. Particular e em funcionamento há 32 anos, a instituição funciona com dinheiro do SUS. Recebe uma diária de R\$ 28 por paciente e ocupa

um prédio que, segundo o Ministério Público, pertence à Companhia de Abastecimento e Saneamento do DF (Caesb).

O Ministério Público também pretende responsabilizar o dono da clínica administrativa e criminalmente. "Há mortes que acontecem aqui dentro e que estão muito mal explicados. Aparece um laudo dizendo que foi traumatismo craniano e fica por isso mesmo", observa Diaulas.

Uma das primeiras providências tomadas ontem foi a de identificar todos as pessoas internadas na clínica. Papiloscopistas da Polícia Civil colheram as digitais de todos os internos. O MP deveria ser comunicado de cada internação, mas essa providência não vinha sendo adotada pela instituição.

Ouvido pelo **Correio**, o diretor-presidente da instituição, Régis Benes, informou que desconhecia o motivo da inspeção. Reconheceu a pendência no alvará de funcionamento, mas atribuiu à necessidade de uma reforma para a instalação de um hidrante central — uma exigência do Corpo de Bombeiros, segundo o administrador.

"Do ponto de vista sanitário, estou certo de que não há problemas na clínica", garantiu Benes. No entanto, ele não permitiu que a imprensa tivesse acesso às dependências da clínica.

As informações são descontraídas. O diretor da Vigilância Sanitária do DF, Laércio Inácio Cardoso, ficou sabendo da interdição da clínica por meio da imprensa. Informou que ela estava sob a intervenção da Secretaria de Saúde desde o ano passado, mas que as exigências feitas pelos inspetores vinham sendo cumpridas, com exceção do alvará de funcionamento. "Ao que parece, isso dependia apenas de uma reforma na lavanderia", disse Cardoso.

SERVIÇOS PRECÁRIOS

A Clínica de Repouso Planalto foi visitada por um grupo de integrantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do Conselho Regional de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil, em abril de 2002. Eles identificaram precariedade nos serviços, como a carência de profissionais especializados. E ouviram dos pacientes uma série de relatos de maus-tratos. Internos e funcionários também reclamaram das condições do local. "A comida aqui é um lixo. O arroz é duro, o feijão é aguado e a carne é só bucho", disse, à época, uma paciente de 63 anos, internada há três meses. O relatório da visita foi encaminhado à Secretaria de Saúde, Vigilância Sanitária e aos conselhos regionais de Medicina e Enfermagem e recomendava que se fizessem mais visitas periódicas à instituição.